

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2434/2019-PGJ, DE 9.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares ao Procurador de Justiça abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Sergio Fernando Raimundo Harfouche	2018/2019	30	1º a 30.7.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2442/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 26 (vinte e seis) dias de férias remanescentes ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti, sendo 12 (doze) dias referentes ao período aquisitivo 2012/2013, 11 (onze) dias referentes ao período aquisitivo 2017/2018 e 3 (três) dias referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídos no período de 1º a 26.7.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3956/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2472/2019-PGJ, DE 10.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Aroldo José de Lima	2018/2019	20	1º a 20.7.2019
Nilza Gomes da Silva	2017/2018	30	1º a 30.8.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2432/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes e os Promotores de Justiça Luciana Moreira Schenk, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, Fabricio Secafen Mingati, Paula da Silva Volpe, Regina Dornte Broch e João Meneghini Girelli para participarem do “IX Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial” e do “X Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional”, nos dias 20 e 21.8.2019, em Brasília, DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2433/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5.7 a 3.8.2019, em prorrogação, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e tornar sem efeito a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que lhe concedeu o 1º período de férias, que seriam usufruídas de 12 a 30.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2435/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias remanescentes ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídos no período de 15.7 a 3.8.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4212/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2436/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Elcio Felix D'Angelo	2017/2018	30	7.10 a 5.11.2019
Fabricio Proença de Azambuja	2018/2019	30	1º a 30.8.2019
Paulo Henrique Mendonca de Freitas	2018/2019	10	18 a 27.7.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2437/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Alexandre Estuqui Junior	28 e 29.7, 27 e 28.10 e 24.11.2018	22, 23, 24, 25 e 26.7.2019
Daniel Higa de Oliveira	16.10.2016	5.7.2019
Edival Goulart Quirino	29 e 30.6.2019	12 e 23.8.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2438/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
8ª	Luiz Eduardo Lemos de Almeida	15 a 24.7.2019	Férias	Fernando Martins Zaupa
30ª	João Meneghini Girelli	22 a 26.7.2019	Compensação	Alexandre Estuqui Junior
38ª	Matheus Macedo Cartapatti	8 a 12.7.2019	Licença	George Cassio Tiosso Abbud
40ª	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	5.7.2019	Compensação	Daniel Higa de Oliveira

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2439/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 120 (cento e vinte) dias de licença à gestante, a partir de 25 de junho de 2019, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 139, inciso V, e 153, *caput* e § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6 de julho de 2011, c/c o artigo 56 da Lei Estadual nº 3.150, de 22 de dezembro de 2007.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2440/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial da comarca de Miranda, a partir de 25.6.2019, e durante a licença-maternidade da titular, Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba; e revogar, a partir da referida data, as Portarias nºs 2132/2019-PGJ, de 19.6.2019, e 1843/2019-PGJ, de 28.5.2019, bem como a Portaria nº 1842/2019-PGJ, de 28.5.2019, na parte que designou a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2441/2019-PGJ, DE 9.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1999, a ser usufruído no dia 26.8.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2473/2019-PGJ, DE 10.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Adriano Lobo Viana de Resende	2018/2019	10	24.7 a 2.8.2019
Jui Bueno Nogueira	2018/2019	10	5 a 14.8.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2474/2019-PGJ, DE 10.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	2017/2018	30	1º a 30.8.2019
Radamés de Almeida Domingos	2018/2019	10	11 a 20.7.2019
Regina Dornte Broch	2018/2019	20	22.7 a 10.8.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2426/2019-PGJ, DE 8.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Remover, por permuta, as servidoras ocupantes do cargo de Técnico I, área de atividade administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, Jaqueline Berceli Barca Cursino, para a comarca de Três Lagoas, e Rafaela Rodrigues Francisco, para a comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, e dos artigos 1º, inciso III, 11, 12 e 13 da Resolução nº 023/2012-PGJ, de 19.6.2012 (Processo PGJ/10/2106/2017).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2475/2019-PGJ, DE 10.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 38/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3) Fiscal Técnico – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/2119/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0117/2019/AOP/PGJ

Republica-se por incorreção. Publicada no DOMPMS nº 2.003, de 9 de julho de 2019, p.11.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00007045-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 28 de junho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.947 DE 11 DE ABRIL DE 2019 (PÁGINA 21) E REPUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.949 DE 15 DE ABRIL DE 2019 (PÁGINA 77) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0700/2019.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 - REZENDE & DINIZ NETO LTDA, representada por **Osmar Herculano Diniz Neto**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais de expediente (envelopes) e de acondicionamento e embalagem (caixas), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Envelope timbrado , confeccionado em papel branco, alta alvura, gramatura de no mínimo 75 g/m², formato ofício, medindo 11,5cm x 23,2cm. Impressão na frente do envelope, contendo os seguintes dizeres: "MPMS - Ministério Público - Mato Grosso do Sul", conforme modelo. Marca: Gráfica Espaço. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA. - ME	Unidade	5.000	0,14
2	Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 35 cm de altura x 36 cm de largura x 46 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral, contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas. Marca: _____.	Unidade	2.500	Não registrado
3	Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 18 cm de altura x 28 cm de largura x 35 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral, contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas. Marca: _____.	Unidade	2.000	Não registrado

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 8 de abril de 2019.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE003227 DE 08.07.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2675/2019.

Credor: GGL INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 10/PGJ/2019-SRP – Ata de Registro de Preço nº 05/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de mobiliário (estantes, armários e claviculários), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE003227 de 08.07.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE003228 DE 08.07.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2672/2019.

Credor: MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018-SRP – Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletro portáteis e mobiliário, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE003228 de 08.07.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE003233 DE 08.07.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2669/2019.

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018-SRP – Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletro portáteis e mobiliário, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 21.770,00 (vinte e um mil setecentos e setenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE003233 de 08.07.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/4377/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**, representada por **Alan Moraes Viegas**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 036/17, decorrente do Pregão Eletrônico nº 100/2017, Processo Administrativo da Licitação nº 0005227-73.2017.4.04.8003, oriunda da Justiça Federal de Primeiro Grau do Paraná (JFPR).

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Readequação da nomenclatura das unidades de *scanner* de raio X *Spectrum* 5333, para a denominação *Spectrum* 5030/5333, sem ônus para o erário.

Vigência: 03.07.2019 a 06.03.2020.

Data de assinatura: 3 de julho de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/PGJ/2018-SRP.

Processo PGJ/10/3524/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA - ME.**, representada por **Marcia Cristina Maciel da Silva**.

Fundamento legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: **Substituição do modelo** do item 17, registrado na Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2018, pelo Modelo: Philco PTV50D60SA, sem ônus para o erário.

Vigência: 03.07.2019 a 11.12.2019.

Data da assinatura: 3 de julho de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00002879-1**

Requerente: Ministério Público Estadual/32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública

Requerido: Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul/FUNSAU, Diretor-Presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul/HRMS, Diretoria Técnica do HRMS e Diretoria Clínica do HRMS.

RECOMENDAÇÃO 0002/2019/32PJ/CGR

Recomenda à FUNSAU e ao Hospital Regional de Mato Grosso do Sul que, de acordo com a legislação vigente, a elaboração de ato operacional interno da instituição acerca do sistema de Plantão de Sobreaviso, a fim de que defina as especialidades médicas que necessitem de plantões em regime de sobreaviso, estabeleça a obrigatoriedade do registro da data/horário do acionamento do plantonista em sobreaviso e do efetivo cumprimento pelo profissional, bem como que estabeleça o tempo máximo em que o médico de sobreaviso deverá prestar a assistência ao paciente no hospital quando acionado, no menor tempo possível.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Cidadania da Comarca de Campo Grande – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei n.º 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n.º 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n.º 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n.º 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.080/90 (art. 27, IV) delinea que a política de recursos humanos na área da saúde deva ser formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento aos seus objetivos, dentre os quais, a "*valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)*";

CONSIDERANDO que o plantão de sobreaviso médico é prática utilizada no âmbito da assistência hospitalar, com a finalidade de otimizar o atendimento nas variadas especialidades, tal como ocorre no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul nesta Capital;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Medicina/CFM (Resolução n. 1.834/2008, art. 1º) define "*como disponibilidade médica em sobreaviso a atividade do médico que permanece à disposição da instituição de saúde, de forma não-presencial, cumprindo jornada de trabalho preestabelecida, para ser requisitado, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial quando solicitado em tempo hábil*";

CONSIDERANDO que a mesma Resolução CFM n. 1834/2008 dispõe que "compete ao diretor técnico e ao corpo clínico decidir as especialidades necessárias para disponibilidade em sobreaviso, de acordo com a legislação vigente" (art. 6º); e que "cabe aos diretores técnicos da instituição o cumprimento desta resolução";

CONSIDERANDO a Resolução CFM n. 2.077/2014 (art. 11) determina que o "*médico de sobreaviso deverá, obrigatoriamente, dar assistência nos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência quando solicitado para interconsulta, justificada e registrada no prontuário pelo médico solicitante, no menor tempo possível, devendo se comunicar de imediato quando contatado pelo hospital*"; sendo que, *havendo "necessidade de internação, o paciente passa a ser responsabilidade do médico de sobreaviso, ou do médico internista ou de qualquer outro médico responsável pela internação, até a alta pela sua especialidade ou a transferência do paciente para outro profissional*";

CONSIDERANDO que a Resolução CFM n. 1451/1995 dispõe "a equipe médica do Pronto-Socorro" que obrigatoriamente deverá se constituída em regime de plantão no local (presencial) e os "recursos técnicos mínimos disponíveis, em funcionamento ininterrupto para o Pronto-Socorro";

CONSIDERANDO a Resolução CFM n. 2147/2016 que disciplina as normas sobre a responsabilidade e atribuições dos diretores técnicos, clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos";

CONSIDERANDO que, como dispõe o Estatuto da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul/FUNSAU, ao seu Diretor Presidente, dentre outras atribuições, administrar o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul-HRMS;

CONSIDERANDO ser atribuição desta 32.ª Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, I, "a", "2", da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a Vistoria *in loco* realizada por esta Promotora de Justiça subscritora em 15 de junho de 2019 (sábado) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), após notificação do Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MS), tendo início às 16:45h e término às 19:15h, conforme o Relatório de Vistoria n. 24/2019 (cópia anexa);

CONSIDERANDO que, durante a referida Vistoria *in loco*, na Sala Vermelha do Pronto Atendimento Médico/PAM do HRMS *esta subscritora constatou* que havia 14 (quatorze) pacientes, enquanto que a capacidade operacional instalada desse setor é de 07 (sete) leitos;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às "*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*";

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas

relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública, resolve *RECOMENDAR* à FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL/FUNSAU, ao DIRETOR-PRESIDENTE, DIRETORIA TÉCNICA e DIRETORIA CLÍNICA DO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL que:

DADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS PRESENTES MEDIDAS RECOMENDADAS, NO PRAZO 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, seja elaborado, de acordo com a legislação vigente, *ato operacional interno no âmbito do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul* acerca do sistema de Plantão de Sobreaviso Médico, definindo, dentre outras especificidades essenciais:

- As especialidades médicas que necessitem de plantões em regime de sobreaviso;
- O tempo máximo em que o médico em plantão de sobreaviso deverá prestar a assistência ao paciente no hospital quando acionado, devendo garantir que a assistência solicitada será prestada pelo médico de sobreaviso no menor tempo hábil possível;
- A responsabilidade do médico de sobreaviso pela assistência ao paciente que atender, em caso de internação, desde a internação até a alta pela sua especialidade ou a transferência do paciente para outro profissional, conforme disciplina o Conselho Federal de Medicina;
- Obrigatoriedade do médico solicitante de efetuar o registro e justificativa, no prontuário do paciente, da data e horário em que foi acionado o médico plantonista em sobreaviso;
- Obrigatoriedade do registro e controle administrativo do efetivo comparecimento do médico de sobreaviso acionado, com indicação da data e horário do acionamento, data e horário do cumprimento da assistência solicitada; ou da recusa do atendimento pelo médico de sobreaviso acionado, com indicação dos motivos da recusa;
- O responsável pelos registros formais e controle administrativo do efetivo cumprimento do plantão de sobreaviso pelo médico acionado;
- O dever do profissional plantonista em regime de sobreaviso de *comunicar a chefia imediata com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, quando da impossibilidade de assumir seu plantão para providência de eventual substituto*;
- O dever do profissional plantonista em regime de sobreaviso de *permanecer em local que possibilite o seu deslocamento e a presença no hospital no prazo máximo estabelecido no ato operacional interno do hospital*;
- Que a inobservância injustificada das obrigações/deveres dispostos no ato operacional interno do hospital configura descumprimento do dever funcional; bem como que sujeitará o profissional e/ou outro responsável pela respectiva falta às penalidades disciplinares previstas nos regulamentos pertinentes;
- Que deverão ser realizados o registro formal do fato (faltoso/irregular) pela chefia imediata ou pelo responsável técnico do serviço/setor/unidade, bem como o prazo máximo para o encaminhamento ao responsável pela análise e aplicação da medida disciplinar, a contar da data da ocorrência.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* aos destinatários desta Recomendação - *Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul/FUNSAU, Diretor-Presidente, Diretoria Técnica e Diretoria Clínica do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul* - que NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas adotadas para o cumprimento da presente Recomendação.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* aos destinatários desta Recomendação - *Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul/FUNSAU, Diretor-Presidente, Diretoria Técnica e Diretoria Clínica do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul* - que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e de acesso universal aos serviços públicos de saúde, que deverá ser norteados pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrente da inércia dos responsáveis.

4. Por fim, comunica que cópias da presente Recomendação serão encaminhadas por esta Promotoria de Justiça, para conhecimento, à Secretaria de Estado de Saúde/SES, à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/SESAU,

ao Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Enfermagem-COREN/MS, Conselho Regional de Medicina-CRM/MS, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Campo Grande e à Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados-OAB/MS.

Campo Grande, 18 de junho de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN
32.^a Promotora de Justiça

REFERÊNCIAS: AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA N. 0831089-10.2014.8.12.0001 E INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00002879-1.

Requerente: Ministério Público Estadual/32.^a Promotoria de Justiça

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul.

RECOMENDAÇÃO 0003/2019/32PJ/CGR

Recomenda à Gestão Estadual de Saúde Pública a concretização do dever de implementar leitos de UTI Adulto no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul para atender a demanda e evitar a manutenção de pacientes graves internados irregularmente no Pronto Atendimento/PAM do hospital por mais de 24 horas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Cidadania da Comarca de Campo Grande – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei n.º 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n.º 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n.º 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n.º 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de

riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a *Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Antecipada* n. 0831089-10.2014.8.12.0001, ajuizada por esta 32ª Promotoria de Justiça visando à ampliação do número de leitos de internação hospitalar para atender a demanda nesta Capital, tendo em vista a constante superlotação dos hospitais de Campo Grande vinculados ao SUS e a consequente manutenção de pacientes aguardando vaga de leito de internação hospitalar, irregularmente internados em Prontos-Socorros/Pronto Atendimento hospitalares, em Unidades de Pronto Atendimento/UPAs e Centros Regionais de Saúde/CRSs;

CONSIDERANDO que no âmbito da referida Ação Civil Pública n. 0831089-10.2014.8.12.0001 foi concedida pelo Juízo da 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos a tutela antecipada pleiteada por esta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que, nessa decisão, o Juízo determinou ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao Município de Campo Grande que, *sob pena de incidência de multa pelo descumprimento: "se abstenham de manter pacientes alojados nos corredores e/ou outros locais inadequados em Unidades de Pronto Atendimento, Centros Regionais de Saúde, na Santa Casa de Campo Grande, no HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL e no Hospital Universitário da UFMS"; "disponibilizem leitos hospitalares clínicos gerais, leitos hospitalares cirúrgicos gerais e leitos de UTI, conforme o caso, aos pacientes com indicação médica da rede para internação hospitalar, em suas redes próprias, conveniadas ou contratadas";*

CONSIDERANDO que, apesar de integrar a Rede Pública de Saúde, o HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL/HRMS não dispõe de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva/UTI em quantitativo suficiente para atender a demanda dos usuários do SUS, gerando constante superlotação de seu Pronto Atendimento com pacientes graves, irregularmente internados na Área Vermelha;

CONSIDERANDO ainda, o Inquérito Civil n. 06.2018.00002879-1 que tramita nesta 32ª Promotoria de Justiça, no qual se apura a superlotação do Pronto Atendimento/PAM do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a VISTORIA *IN LOCO* realizada por esta Promotora de Justiça subscritora em 15 de junho de 2019 (sábado) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), após notificação do Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MS), tendo início às 16:45h e término às 19:15h, conforme o Relatório de Vistoria n. 24/2019 (cópia anexa);

CONSIDERANDO que, durante a referida VISTORIA *IN LOCO*, na Sala Vermelha do Pronto Atendimento Médico/PAM do HRMS, *esta subscritora constatou* que havia 14 (quatorze) pacientes, enquanto que a capacidade operacional instalada desse setor é de 07 (sete) leitos;

CONSIDERANDO que diversos pacientes críticos necessitavam de suporte respiratório por meio de ventilação mecânica (Ventilador Mecânico), e, no entanto, estavam sendo submetidos ao uso de ventilação manual (Ambú), haja vista que o número de pacientes graves no Pronto Atendimento estava acima da capacidade operacional do Hospital Regional de MS;

CONSIDERANDO a recorrente situação de pacientes que são submetidos ao uso de *Ambú* no Hospital Regional de MS quando deveriam ter suporte por *Ventilador Mecânico*; e tendo em vista que essa situação gera risco de morte ao paciente, cuja função vital é mantida de forma manual pelos profissionais de enfermagem do Hospital Regional de MS, inclusive por longos períodos;

CONSIDERANDO que a constante superlotação do Pronto Atendimento e a manutenção de pacientes com uso de *Ambú* quando deveriam ter suporte por *Ventilador Mecânico* também acarreta exaustão dos Profissionais de Enfermagem do Hospital Regional de MS, colocando em risco a saúde física e mental desses profissionais, conforme situação também constatada *in loco* por esta subscritora durante a Vistoria e consignada no mencionado Relatório de Vistoria n. 24/2019;

CONSIDERANDO que a constante superlotação do Pronto Atendimento e a manutenção de pacientes com uso de *Ambú* quando deveriam ter suporte por *Ventilador Mecânico*, bem como a permanência de pacientes por mais de 24 horas no PAM, ocorrem precipuamente em razão da falta de disponibilidade de leitos de UTI;

CONSIDERANDO ser atribuição desta 32.^a Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, I, “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública, DADA A URGÊNCIA DA SITUAÇÃO CONSTATADA e tendo em vista a TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA PELO JUÍZO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0831089-10.8.12.0001, determinando que o Estado de Mato Grosso do Sul se abstenha de manter pacientes irregularmente internados no Pronto Atendimento hospitalar, resolve *RECOMENDAR* à SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL:

NO PRAZO 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS:

"A implementação de, no mínimo, 05 (cinco) Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul em Campo Grande, com a estrutura necessária ao pleno funcionamento."

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* ao destinatário desta Recomendação – *Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul* - que NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS responda por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas adotadas para o cumprimento da presente Recomendação.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* ao destinatário desta Recomendação - *Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul* - que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e de acesso universal aos serviços públicos de saúde, que deverá ser norteados pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrente da inércia dos responsáveis.

4. Por fim, comunica que cópias da presente Recomendação serão encaminhadas por esta Promotoria de Justiça, para conhecimento, à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/SESAU, ao Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Enfermagem-COREN/MS, ao Conselho Regional de Medicina-CRM/MS, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Campo Grande e à Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados-OAB/MS.

Campo Grande, 19 de junho de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN
32.^a Promotora de Justiça

REFERÊNCIAS: AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA N. 0831089-10.2014.8.12.0001 E INQUÉRITO CIVIL N. 06.2016.00000685-6.

Requerente: Ministério Público Estadual/32.^a Promotoria de Justiça

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

RECOMENDAÇÃO 0004/2019/32PJ/CGR

Recomenda à Gestão Municipal de Saúde Pública a concretização do dever de implementar leitos de UTI Adulto para atender a demanda e evitar a manutenção de pacientes graves internados irregularmente nos hospitais que atendem a Rede Pública Municipal de Campo Grande.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Cidadania da Comarca de Campo Grande – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei n.º. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n.º. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n.º. 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n.º 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n.º 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o referido Diploma legal, em seu art. 18, preconiza que à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Antecipada n. 0831089-10.2014.8.12.0001, ajuizada por esta 32ª Promotoria de Justiça visando à ampliação do número de leitos de internação hospitalar para atender a demanda nesta Capital, tendo em vista a constante superlotação dos hospitais de Campo Grande vinculados ao SUS e a consequente manutenção de pacientes aguardando vaga de leito de internação hospitalar, irregularmente internados em

Prontos-Socorros/Pronto Atendimento hospitalares, em Unidades de Pronto Atendimento/UPAs e Centros Regionais de Saúde/CRSs;

CONSIDERANDO que no âmbito da referida Ação Civil Pública n. 0831089-10.2014.8.12.0001 foi concedida pelo Juízo da 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos a tutela antecipada pleiteada por esta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que, nessa decisão, o Juízo determinou ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao Município de Campo Grande que, *sob pena de incidência de multa pelo descumprimento: "se abstenham de manter pacientes alojados nos corredores e/ou outros locais inadequados em Unidades de Pronto Atendimento, Centros Regionais de Saúde, na Santa Casa de Campo Grande, no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e no Hospital Universitário da UFMS"; "disponibilizem leitos hospitalares clínicos gerais, leitos hospitalares cirúrgicos gerais e leitos de UTI, conforme o caso, aos pacientes com indicação médica da rede para internação hospitalar, em suas redes próprias, conveniadas ou contratadas"*;

CONSIDERANDO que, apesar do dever constitucional do Município/Gestão Municipal de Saúde na qualidade de gestor pleno do sistema e do direito fundamental à saúde consagrado na Constituição Federal, reconhecido na decisão que concedeu a tutela antecipada, é notório que a Rede Pública Municipal de Saúde de Campo Grande não dispõe de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva/UTI em quantitativo suficiente para atender a demanda dos usuários do SUS, gerando constante superlotação de Pronto Atendimento hospitalares e dos demais Serviços de Urgência 24 h (UPAs e CRSs) com pacientes graves, irregularmente internados nesses locais;

CONSIDERANDO ainda, o Inquérito Civil n. 06.2016.00000685-6 que *apura a superlotação da área de pré-ortopedia no Pronto Atendimento/PAM do Hospital Santa Casa de Campo Grande*, bem como o Inquérito Civil n. 06.2018.00002879-1 que *apura a superlotação do Pronto Atendimento/PAM do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul*, ambos em trâmite nesta 32ª Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO a VISTORIA *IN LOCO* realizada por esta Promotora de Justiça subscritora em 15 de junho de 2019 (sábado) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), após notificação do Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MS), tendo início às 16:45h e término às 19:15h, conforme o Relatório de Vistoria n. 24/2019 (cópia anexa);

CONSIDERANDO que, durante a referida VISTORIA *IN LOCO*, na Sala Vermelha do Pronto Atendimento Médico/PAM do HRMS, *esta subscritora constatou* que havia 14 (quatorze) pacientes, enquanto que a capacidade operacional instalada desse setor é de 07 (sete) leitos;

CONSIDERANDO que diversos pacientes críticos necessitavam de suporte respiratório por meio de ventilação mecânica (Ventilador Mecânico), e, no entanto, estavam sendo submetidos ao uso de ventilação manual (Ambú), haja vista que o número de pacientes graves no Pronto Atendimento estava acima da capacidade operacional do Hospital Regional de MS;

CONSIDERANDO ainda a Carta n. 463/28/2019 ABCG, Carta n. 466/28/2019 ABCG e Carta n. 468/28/2019 ABCG recebidos na data de ontem nesta 32ª Promotoria de Justiça, pelos quais o *HOSPITAL SANTA CASA DE CAMPO GRANDE* comunica a superlotação de seu Pronto Atendimento, com número de pacientes graves encaminhados acima da capacidade técnica instalada no hospital;

CONSIDERANDO que esses documentos relatam que essa situação crítica de superlotação perdura há dias no HOSPITAL SANTA CASA DE CAMPO GRANDE; e que, devido à essa situação, no referido hospital também existem diversos pacientes graves que necessitam de suporte respiratório por Ventilador Mecânico, mas estão sendo submetidos ao uso de ventilação manual (Ambú) irregularmente internados na *Área Vermelha do Pronto Atendimento do Hospital*;

CONSIDERANDO que referidas Cartas do Hospital Santa Casa de Campo Grande vieram instruídas com cópias dos comunicados encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde, pelos quais o hospital solicitou providências imediatas à Gestão Municipal, para remanejamento de pacientes graves que estão indevidamente internados no Pronto Atendimento;

CONSIDERANDO que os mencionados documentos relatam ainda, que não há espaços físicos para recebimento de mais pacientes no Pronto Atendimento do Hospital Santa Casa de Campo Grande, tendo em vista que todas as Áreas de Observação estão ocupadas, inclusive havendo pacientes alocados nos corredores do hospital;

CONSIDERANDO a recorrente situação de pacientes que são submetidos ao uso de *Ambú* nos Prontos Socorros dos hospitais vinculados ao SUS em Campo Grande quando deveriam ter suporte por *Ventilador Mecânico*, em razão da insuficiência de leitos de internação; e tendo em vista que essa situação gera risco de morte ao paciente, cuja função vital é mantida de forma manual pelos profissionais de enfermagem do Hospital Regional de MS, inclusive por longos períodos;

CONSIDERANDO que a constante superlotação do Pronto Atendimento e a manutenção de pacientes com uso de *Ambú* quando deveriam ter suporte por *Ventilador Mecânico* também acarretam exaustão dos Profissionais de Enfermagem desses hospitais vinculados ao SUS, colocando em risco a saúde física e mental desses profissionais no atendimento a esses pacientes da Rede Pública de Saúde;

CONSIDERANDO ser atribuição desta 32.^a Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, I, “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública, DADA A URGÊNCIA DA SITUAÇÃO CONSTATADA e tendo em vista a TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA PELO JUÍZO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0831089-10.2014.8.12.0001, determinando que o Município de Campo Grande se abstenha de manter pacientes irregularmente internados nos Pronto Atendimento hospitalares, resolve *RECOMENDAR* à SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DE CAMPO GRANDE:

NO PRAZO 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS:

"A implementação de, no mínimo, 05 (cinco) Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na Rede Pública Municipal de Campo Grande, com a estrutura necessária ao pleno funcionamento."

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PJG de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* ao destinatário desta Recomendação – *Secretaria Municipal de Saúde* - que NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas adotadas para o cumprimento da presente Recomendação.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* ao destinatário desta Recomendação - *Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande* - que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e de acesso universal aos serviços públicos de saúde, que deverá ser norteados pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrente da inércia dos responsáveis.

4. Por fim, comunica que cópias da presente Recomendação serão encaminhadas por esta Promotoria de Justiça, para conhecimento, à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, ao Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Enfermagem-COREN/MS, Conselho Regional de Medicina-CRM/MS, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Campo Grande e à Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados-OAB/MS.

Campo Grande, 19 de junho de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN
32.^a Promotora de Justiça

REFERÊNCIAS: AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA N. 0831089-10.2014.8.12.0001 E INQUÉRITO CIVIL N. 06.2016.00000685-6.

Requerente: Ministério Público Estadual/32.^a Promotoria de Justiça
Destinatário: Prefeito Municipal de Campo Grande/MS.

RECOMENDAÇÃO 0005/2019/32PJ/CGR

Recomenda ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Grande a concretização do dever do Ente Municipal de implementar Leitos de UTI Adulto para atender a demanda e evitar a manutenção de pacientes graves internados irregularmente nos hospitais que atendem a Rede Pública Municipal de Campo Grande.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Cidadania da Comarca de Campo Grande – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de

riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o referido Diploma legal, em seu art. 18, preconiza que à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a *Ação Civil Pública com Pedido de Tutela Antecipada* n. 0831089-10.2014.8.12.0001, ajuizada por esta 32ª Promotoria de Justiça visando à ampliação do número de leitos de internação hospitalar para atender a demanda nesta Capital, tendo em vista a constante superlotação dos hospitais de Campo Grande vinculados ao SUS e a consequente manutenção de pacientes aguardando vaga de leito de internação hospitalar, irregularmente internados em Prontos-Socorros/Pronto Atendimento hospitalares, em Unidades de Pronto Atendimento/UPAs e Centros Regionais de Saúde/CRSs;

CONSIDERANDO que no âmbito da referida Ação Civil Pública n. 0831089-10.2014.8.12.0001 foi concedida pelo Juízo da 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos a tutela antecipada pleiteada por esta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que, nessa decisão, o Juízo determinou ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao Município de Campo Grande que, *sob pena de incidência de multa pelo descumprimento: "se abstenham de manter pacientes alojados nos corredores e/ou outros locais inadequados em Unidades de Pronto Atendimento, Centros Regionais de Saúde, na Santa Casa de Campo Grande, no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e no Hospital Universitário da UFMS"; "disponibilizem leitos hospitalares clínicos gerais, leitos hospitalares cirúrgicos gerais e leitos de UTI, conforme o caso, aos pacientes com indicação médica da rede para internação hospitalar, em suas redes próprias, conveniadas ou contratadas"*;

CONSIDERANDO que, apesar do dever constitucional do Município/Gestão Municipal de Saúde na qualidade de gestor pleno do sistema e do direito fundamental à saúde consagrado na Constituição Federal, reconhecido na decisão que concedeu a tutela antecipada, é notório que a Rede Pública Municipal de Saúde de Campo Grande não dispõe de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva/UTI em quantitativo suficiente para atender a demanda dos usuários do SUS, gerando constante superlotação de Pronto Atendimento hospitalares e dos demais Serviços de Urgência 24 h (UPAs e CRSs) com pacientes graves, irregularmente internados nesses locais;

CONSIDERANDO ainda, o Inquérito Civil n. 06.2016.00000685-6 que *apura a superlotação da área de pré-ortopedia no Pronto Atendimento/PAM do Hospital Santa Casa de Campo Grande*, bem como o Inquérito Civil n. 06.2018.00002879-1 que *apura a superlotação do Pronto Atendimento/PAM do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul*, ambos em trâmite nesta 32ª Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO a VISTORIA *IN LOCO* realizada por esta Promotora de Justiça subscritora em 15 de junho de 2019 (sábado) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), após notificação do Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MS), tendo início às 16:45h e término às 19:15h, conforme o Relatório de Vistoria n. 24/2019 (cópia anexa);

CONSIDERANDO que, durante a referida VISTORIA *IN LOCO*, na Sala Vermelha do Pronto Atendimento Médico/PAM do HRMS, *esta subscritora constatou* que havia 14 (quatorze) pacientes, enquanto que a capacidade operacional instalada desse setor é de 07 (sete) leitos;

CONSIDERANDO que diversos pacientes críticos necessitavam de suporte respiratório por meio de ventilação mecânica (Ventilador Mecânico), e, no entanto, estavam sendo submetidos ao uso de ventilação manual (Ambú), haja vista que o número de pacientes graves no Pronto Atendimento estava acima da capacidade operacional do Hospital Regional de MS;

CONSIDERANDO ainda a Carta n. 463/28/2019 ABCG, Carta n. 466/28/2019 ABCG e Carta n. 468/28/2019 ABCG recebidos na data de ontem nesta 32ª Promotoria de Justiça, pelos quais o *HOSPITAL SANTA CASA DE CAMPO GRANDE* comunica a superlotação de seu Pronto Atendimento, com número de pacientes graves encaminhados acima da capacidade técnica instalada no hospital;

CONSIDERANDO que esses documentos relatam que essa situação crítica de superlotação perdura há dias no HOSPITAL SANTA CASA DE CAMPO GRANDE; e que, devido à essa situação, no referido hospital também existem diversos pacientes graves que necessitam de suporte respiratório por Ventilador Mecânico, mas estão sendo submetidos ao uso de ventilação manual (Ambú) irregularmente internados na *Área Vermelha do Pronto Atendimento do Hospital*;

CONSIDERANDO que referidas Cartas do Hospital Santa Casa de Campo Grande vieram instruídas com cópias dos comunicados encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde, pelos quais o hospital solicitou providências imediatas à Gestão Municipal, para remanejamento de pacientes graves que estão indevidamente internados no Pronto Atendimento;

CONSIDERANDO que os mencionados documentos relatam ainda, que não há espaços físicos para recebimento de mais pacientes no Pronto Atendimento do Hospital Santa Casa de Campo Grande, tendo em vista que todas as Áreas de Observação estão ocupadas, inclusive havendo pacientes alocados nos corredores do hospital;

CONSIDERANDO a recorrente situação de pacientes que são submetidos ao uso de *Ambú* nos Prontos Socorros dos hospitais vinculados ao SUS em Campo Grande quando deveriam ter suporte por *Ventilador Mecânico*, em razão da insuficiência de leitos de internação; e tendo em vista que essa situação gera risco de morte ao paciente, cuja função vital é mantida de forma manual pelos profissionais de enfermagem do Hospital Regional de MS, inclusive por longos períodos;

CONSIDERANDO que a constante superlotação do Pronto Atendimento e a manutenção de pacientes com uso de *Ambú* quando deveriam ter suporte por *Ventilador Mecânico* também acarretam exaustão dos Profissionais de Enfermagem desses hospitais vinculados ao SUS, colocando em risco a saúde física e mental desses profissionais no atendimento a esses pacientes da Rede Pública de Saúde;

CONSIDERANDO ser atribuição desta 32.^a Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, I, “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública, DADA A URGÊNCIA DA SITUAÇÃO CONSTATADA e tendo em vista a TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA PELO JUÍZO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0831089-10.2014.8.12.0001, determinando que o Município de Campo Grande se abstenha de manter pacientes irregularmente internados nos Pronto Atendimento hospitalares, resolve *RECOMENDAR* ao EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE:

NO PRAZO 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS:

"A implementação de, no mínimo, 05 (cinco) Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na Rede Pública Municipal de Campo Grande, com a estrutura necessária ao pleno funcionamento."

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* ao destinatário desta Recomendação – *Exmo Sr. Prefeito Municipal de Campo Grande* - que NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas adotadas para o cumprimento da presente Recomendação.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita ao destinatário desta Recomendação - *Exmo Sr. Prefeito Municipal de Campo Grande* - que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e de acesso universal aos serviços públicos de saúde, que deverá ser norteados pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrentes da inércia dos responsáveis.

4. Por fim, comunica que cópias da presente Recomendação serão encaminhadas por esta Promotoria de Justiça, para conhecimento, à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, ao Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Enfermagem-COREN/MS, Conselho Regional de Medicina-CRM/MS, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Campo Grande e à Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados-OAB/MS.

Campo Grande, 19 de junho de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN
32.^a Promotora de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0024/2019/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000991-0.

Representante: Ministério Público Estadual

Representado: Marcia Morais Jacintho

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 29,10 hectares de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, no interior do imóvel rural “Fazenda Retiro Novo – Glebas A e B”, pertencente a Marcia Morais Jacintho, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

Corumbá/MS, 09 de julho de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0025/2019/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000990-0.

Representante: Ministério Público Estadual do Estado do Mato Grosso do Sul

Representado: Honor Affonso de Almeida Filho

Assunto: Apurar a regularidade e buscar a adoção de providências em razão da supressão de 13,55 hectares de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do bioma de Mata Atlântica, ocorrida no interior do imóvel rural “Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora I”, pertencente a Honor Affonso de Almeida Filho, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

Corumbá/MS, 09 de julho de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente consultado por meio do sítio institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (<https://www.mpms.mp.br/>).

Inquérito Civil nº 06.2019.00000973-2

Requerentes: Solange Moraes dos Santos, Joana Dark Barbosa Ferreira e Marcelo Arruda Duarte.

Requerido: Petro Pneus.

Assunto: apurar a responsabilidade por incêndio ocorrido em aterro de resíduos da construção civil de Nova Andradina/MS.

Nova Andradina/MS, 08 de julho de 2019

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente consultado por meio do sítio institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (<https://www.mpms.mp.br/>).

Inquérito Civil nº 06.2019.00000975-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Falcão Comércio de Madeira e Veículos Ltda.

Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente do funcionamento de madeira localizada nesta cidade de Nova Andradina/MS, conforme Auto de Infração n. 9163061 do Ibama.

Nova Andradina, 08 de julho de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL Nº 001/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça Rio Brilhante/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à publicação deste.

Rio Brilhante/MS, 09 de julho de 2019

JORGE FERREIRA NETO JUNIOR

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019

PROVENIÊNCIA – 3ª Promotoria de Justiça de Rio Brillante		PROCEDÊNCIA – 3ª Promotoria de Justiça de Rio Brillante		
Órgão / Setor: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		Órgão / Setor: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		
TIPO DOCUMENTAL	NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.033- Termos de homologação de rescisão de contrato de trabalho.		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2007	Exercício 2009
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.004- Termos/ Oitivas de Declarações		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2006	Exercício 2006
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (Ofícios)		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2011	Exercício 2011
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.071- Denúncias (Protocolos)		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2011	Exercício 2011
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.007- Notificações		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2009	Exercício 2009
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.002- Correspondências Expedidas (Ofícios)		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2009	Exercício 2009
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.013- Manifestações Diversas em Processos Judiciais (Petições)		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010	Exercício 2010
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.003- Correspondências Recebidas (Ofícios)		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010	Exercício 2012
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Rio Brillante: 09 de julho de 2019 Diogo Felliphe da Silva Maluf Ferreira Técnico I				